

## COLONIALIDADE DO PODER E GÊNERO: Novas Perspectivas Para Pensar o Desenvolvimento

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13241>

Submetido em: 7/4/2020

Aceito em: 6/12/2022

Rutileia Lima Almeida<sup>1</sup>, Leonardo Brandão<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de produzir um breve panorama teórico sobre a epistemologia construída na América Latina acerca da colonialidade do poder, que evidencia a dominação colonial e cria um padrão de poder mundial, dispondo do eurocentrismo como sua racionalidade específica, e do feminismo decolonial, que traz contribuições da teorização decolonial. Nesse sentido, reflete sobre novas perspectivas para pensar o desenvolvimento a partir de uma reorientação epistêmica que possa partir das questões de gênero e da colonialidade. O estudo pautou-se na pesquisa bibliográfica a respeito das discussões sobre a teoria da colonialidade do poder e dos estudos de colonialidade e gênero, destacando a importância dessas teorias para a área do desenvolvimento. Priorizamos a revisão teórica, sobretudo de autores clássicos, como Quijano (1992, 2005), Dussel (1995) e Mignolo (2010), que discutem sobre o conceito de colonialidade do poder, e Segato (2012), Carneiro (1995) e Lugones (2008), que debatem a respeito da colonialidade associada ao gênero. Com a revisão é possível perceber como fortes marcas da colonialidade podem ser imprescindíveis para pensar o desenvolvimento tanto em relação à teoria quanto à prática.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; colonialidade do poder; gênero; mulher.

### COLONIALITY OF POWER AND GENDER: NEW PERSPECTIVES TO THINK ABOUT DEVELOPMENT

#### ABSTRACT

This study aims to draw a brief theoretical overview on the Coloniality of Power in Latin America, which evidences the colonial domination and creates a pattern of world power, making use of Eurocentrism as its specific rationality and of decolonial feminism, which brings contributions from the decolonial theory. In this context, the study seeks to reflect on new perspectives from an epistemic reorientation that can analyze development from the standpoint of gender and coloniality issues. The study was based on a theoretical literature survey that focused on studies addressing the theory of Coloniality of Power and coloniality and gender, prioritizing authors such as Rago (2000), who discusses the invisibility of women throughout history; Quijano (1992; 2005), Dussel (1995) and Mignolo (2010), who address the concept of Coloniality of Power; and Segato (2012), Carneiro (1995) and Lugones (2008), who debate coloniality of gender. The results of this review show that it is essential to consider the deep marks of coloniality when thinking about development, both in theory and practice.

**Keywords:** development; coloniality of power; gender; woman.

<sup>1</sup> Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau/SC, Brasil. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís/MA, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5803774462729833>. <https://orcid.org/0000-0003-1495-8351>

<sup>2</sup> Universidade Regional de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau/SC, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5093020142401478>. <https://orcid.org/0000-0001-8306-1092>

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS/METODOLOGIA

A área do desenvolvimento regional, tradicionalmente, é um campo do saber ancorado na inseparável relação com a ideia de crescimento econômico. Apropriado de forma unidimensional, o desenvolvimento dos países, por exemplo, dar-se-ia por acúmulo de capital. Assim, as concepções clássicas consideravam que o desenvolvimento estava intimamente ligado a disponibilidade de capital, de recursos materiais e de mão de obra, bem como de acessibilidade a tecnologias. Nesse caso, o pós-Segunda-Guerra, reconhecidamente, é um marco importante na construção de abordagens e idealização desse paradigma.

Ao considerar-se novos aspectos a respeito das teorias sobre o desenvolvimento, surgem as proposições sobre gênero na perspectiva de uma reorientação de olhar a despeito do que seria o desenvolvimento regional. Nesse contexto, é importante situar que as relações de gênero são inerentes a espaços físicos e materiais, bem como a espaços simbólicos e discursivos, de modo que o espaço acaba influenciando as relações sociais. Ademais, o espaço também é constitutivo dessas relações, pois sofre influência de questões vinculadas a gênero, raça, classe social, entre outros. Nesse sentido, essas perspectivas não podem ser negligenciadas quando se aborda a ideia de desenvolvimento regional.

Para fins de uma leitura sobre o desenvolvimento regional sob a perspectiva das questões de **gênero**, é importante que esta esteja fundamentada a partir da teoria da colonialidade do poder e do feminismo decolonial. Pretende-se traçar, portanto, um panorama teórico sobre esses temas que, na contemporaneidade, apontam novos olhares e ressignificam a teoria sobre o desenvolvimento. Nesse sentido, gênero, um conceito posto desde a primeira metade do século 20 em diversas áreas do conhecimento, encontra um território fértil no Desenvolvimento Regional, do mesmo modo em que esta área consegue se apropriar de novos paradigmas para pensar seus conceitos, temas e métodos.

O estudo pautou-se na pesquisa bibliográfica a respeito das discussões sobre a teoria da colonialidade do poder e dos estudos de colonialidade e gênero, destacando a importância dessas teorias para a área do desenvolvimento. Priorizamos a revisão teórica, sobretudo de autores clássicos, como Quijano (1992, 2005), Dussel (1995) e Mignolo (2010), que discutem sobre o conceito de colonialidade do poder, e Segato (2012), Carneiro (1995) e Lugones (2008), que debatem a respeito da colonialidade de gênero.

Assim, este artigo perpassa por estudos sobre as relações inerentes ao gênero e ao desenvolvimento regional a partir da teoria da colonialidade, o poder e os estudos sobre o feminismo decolonial, na medida em que há uma relação direta com permanências do passado colonial que impactaram diretamente na pobreza e na desigualdade dos países periféricos e dos sujeitos.

## O ESPAÇO DA MULHER: PERMANÊNCIAS E DESCONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE FEMININA

No século 19 o filósofo Friederich Hegel declarava que “a mulher pode ser educada, mas sua mente não é adequada às ciências mais elevadas, à filosofia e algumas das artes” (Silva; Ribeiro, 2011, p. 1). Esta visão legitimada no âmbito acadêmico somente passou a ser

questionada com maior força a partir de 1960. Pode-se afirmar que ao longo da história a mulher sofreu por não ser vista, sentida ou legitimada dentro das relações humanas enquanto ser. Os estudos sobre as mulheres sempre estiveram vinculados a olhares e discursos masculinos. A ciência, na prática, sempre esteve ancorada nesta visão, fundamentada a partir de um paradigma genérico de homem, personificado em um ser branco, heterossexual, civilizado, economicamente desenvolvido, excluindo todos os que não se adequam a esse modelo de referência, entre eles as mulheres (Rago, 2000, p. 4).

As mulheres foram invisibilizadas ao longo da história. Sua ausência no campo da produção do saber é resultado de uma tentativa de apagamento de suas contribuições sociais e de sua presença. Existem inúmeras “imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obra dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (Perrot, 2005, p. 22). O silenciamento das mulheres era uma prática comum na ordem familiar, religiosa, política. Elas precisavam ser resignadas, obedientes, contidas e submissas. Um silêncio imposto simbolicamente no contexto da fala, da escrita, das expressões, dos gestos (Perrot, 2005).

Na contemporaneidade, no entanto, o ato de ignorar as questões sobre a mulher vem se descortinando, trazendo à luz outros olhares para esse sujeito, a exemplo das teorias aqui apresentadas, como o processo de colonialidade como gênese das desigualdades econômicas, de raça, classe e gênero. Nesse sentido, o feminismo propõe às mulheres um compromisso político e uma revolução teórica. Um compromisso político de apreciação com o que as mulheres “[...] inscriben, articulan e imaginan en formas culturales: las intervenciones en el campo del sentido y la identidad que proceden de ese lugar llamado ‘la mujer’ o ‘lo femenino’. [...] revolución teórica en la comprensión de los conceptos de arte, cultura, mujer, subjetividad, política, etc. (Pollock, 1996 *apud* MacDowell 2000, p. 20).

Em princípio, cabe ressaltar que esse movimento e interesse em torno dos temas relacionados às mulheres é recente. Sua atual visibilidade e os assuntos que envolvem relações de gênero no âmbito acadêmico estão ligados a uma história de lutas políticas e conquistas promovidas pelas mulheres. Fatores como a maior presença feminina nas universidades, nas pesquisas científicas, no mercado de trabalho, além do avanço e ampliação das lutas das mulheres pela liberdade e igualdade de direitos, resultaram na afirmação dos movimentos feministas durante o século 20. Desse modo, uma primeira constatação se estabelece: o preenchimento da lacuna sobre as mulheres surgiu com a sua luta por espaço e construção de uma história das mulheres; elas se tornaram sujeitos e objetos da própria história. Para não incorrer no mesmo equívoco histórico cometido pelos homens, entretanto, os estudos que contemplam as questões sobre a mulher repousam na tentativa de desnaturalizar as identidades sexuais e infere a análise relacional do movimento da diferença e da alteridade.

Nessa direção, os estudos feministas sugeriram que o sujeito fosse visto como resultado das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Logo, os estudos sobre a mulher, enquanto categoria, precisariam compreender esta como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos saberes estabelecidos (Rago, 2000). Apesar de ainda existir uma lacuna, não distante a uma emergência sobre todas as relações que envolvem os temas que abordam as mulheres, considera-se a necessidade de uma linguagem que não se imponha como um ponto de vista único, sexista, universalizante, assim como foi construído pelos homens. As

novas teorias e abordagens legitimam-se na medida em que constroem inovações, olhares e perspectivas diferentes. Assim, torna-se imprescindível uma apreciação crítica sobre o que foi erigido acerca das mulheres ao longo da história, no sentido de romper com a linguagem e as imagens cristalizadas sob as necessidades do homem e na centralidade tradicional do saber de base masculina.

O estudo das relações entre gênero e poder demonstram uma face masculina sobreposta e mistificada sobre a égide do sexismo. É inevitável que a crítica feminista opere na desconstrução/reconstrução dessas relações, desmistificando, sobretudo, a narrativa de sexo frágil, da impotência feminina e de uma vinculação existencial ao sexo masculino. Sobre a divisão das atividades atribuídas à mulher e ao homem, sempre implicada em uma sujeição do gênero feminino, Pierre Bourdieu (1994) evidencia que

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior destas, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, feminino (p. 18).

Tradicionalmente, as mulheres foram limitadas, dentro de uma ordem social, ao silêncio (voz) e à ausência (corpo) em todos os espaços, sobretudo os públicos e do saber, pois estes seriam de domínio masculino. Nesse campo não existiu uma luta de forças. As mulheres repetidamente apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem. Este ato de autodestruição é também uma “forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, feitas, como escreve Jules Simon, ‘para esconder sua vida’; um consentimento à negação de si que está no centro da educação feminina, religiosa ou laica, e que a escrita – assim como a leitura – contradiziam” (Perrot, 2005, p. 37).

A segunda metade do século 20 foi um marco para o movimento feminista, que iniciou um processo de anulação dos silêncios e ausências das mulheres nos discursos, nos espaços públicos, nos âmbitos acadêmicos, etc. Um território que começava a ser des/reconstruído numa arena de poder. As mulheres buscaram desfazer a métrica que destinava o controle e a distribuição da palavra escrita, que sempre estiveram sob o comando e a massiva presença do sexo masculino, o que, conseqüentemente, suscitou num exacerbado uso e abuso do poder no campo do saber.

Ainda nos anos 1920, no livro “Um teto todo seu”, Virgínia Woolf questionava a ausência das mulheres na literatura. A proposição levantada pela autora era de que as condições materiais disponíveis lhes restringiam a criação e a escrita. Seria necessário garantir condições mínimas de privacidade, entretanto esse bem-estar lhe seria negado devido ao papel que ela ocupa na sociedade. A principal limitação estava ligada à impossibilidade das mulheres em emitir opiniões, frequentar lugares públicos e ter liberdade para pensar. Assim, toda invisibilidade e silêncio das mulheres na construção do conhecimento demonstram um obstáculo à democracia do saber, condicionando a sociedade a uma visão unilateral e, sobretudo, limitadora enquanto construção história e, conseqüentemente, uma sociedade desenvolvida.

Na contemporaneidade a busca da mulher por seu espaço, por seu olhar emancipado, persiste, na medida em que ainda a acompanha um servilismo aos comandos masculinos. A não construção de uma memória das mulheres, o silêncio intelectual e corporal, constitutivo de uma sociedade de bases patriarcais, só vem se desfragmentando com uma busca por liberdade inerente ao movimento feminista. Assim, a legitimação das desigualdades entre homens e mulheres foi construída também nos escritos da ciência e dos intelectuais. A superioridade masculina estava expressa e consolidada na linguagem e nos discursos.

Outra relevante questão diz respeito às determinações biológicas do feminino, traduzida por meio das concepções masculinas como seres sentenciados a certas funções na sociedade, haja vista sua condição de “fragilidade”. Fundou-se uma “natureza feminina” com funções ligadas ao lar, à maternidade e à reprodução (Tedeschi, 2012). Esses argumentos agregam-se às práticas sociais que passaram a estabelecer a vida das mulheres e seu papel no mundo. Essas abordagens demonstram a construção de um sujeito a partir do imaginário masculino, refletido culturalmente para legitimar a subordinação feminina e limitá-la. Nessa perspectiva, as mulheres foram consideradas seres defeituosos, com valor diminuído e inferiores aos homens. Este determinismo consolidou-se culturalmente na matriz filosófica grega, cunhada nas teorias de Platão, Aristóteles e Sócrates, e alinhou-se ao discurso da moral cristã no mundo medieval, sob a égide do mito da Virgem Maria, que passou a determinar uma função à mulher: a reprodução (Tedeschi, 2012).

As peculiaridades do “ser mulher” fundamentam-se, desse modo, na maternidade e na domesticidade, à luz de relações de poder que manifestam as desigualdades entre homens e mulheres originadas na sujeição feminina. Nesses termos, a mulher é cunhada como objeto; as representações femininas baseiam-se nessa retórica – um ser incapaz, limitado. Nesse contexto, reclusas material e simbolicamente à família, ao lar, subordinadas às regras do homem, silenciadas, se apropriando de um discurso de fragilidade, dependência e incapacidade, as mulheres excluía-se e foram excluídas socialmente.

No campo do saber, a crítica feminista fundamenta-se num conjunto de valores e ideologias masculinas que permearam a produção do conhecimento, posto que, ao longo da história, estiveram ligados a práticas instituídas e centralizadas numa ciência do/para o homem em detrimento de estudos que contemplassem as mulheres, seus conhecimentos e seus interesses, além da privação de sua presença na própria construção do conhecimento. Dessa forma, pode-se concluir que não se tratava apenas de um simples esquecimento das mulheres, mas, sim, de uma amnésia estratégica com a intenção de manter consolidada as estruturas patriarcais do conhecimento científico (Rago, 2000, p. 9).

Inequivocamente, a importância desse movimento rompe com os poderes hierárquicos do funcionamento da ciência e com vários pressupostos da pesquisa científica. A crítica feminista, portanto, deve buscar seu próprio contexto, sistema, teoria e sua própria voz, e assim seria possível afirmar que as mulheres estariam construindo uma nova linguagem, criando seus argumentos a partir de seus próprios pressupostos, que romperiam com um ajuste conceitual normativo e vigente (Rago, 2000).

A procura das mulheres em torno da cientificidade do conhecimento feminino ampara-se na busca por uma linguagem própria, construindo novos significados e interpretações sobre as questões do mundo, propondo uma nova relação entre teoria e prática, com uma conexão

---

entre sujeito e objeto, fortalecida na interação com a realidade empírica, confrontando pontos de vistas, questionando ideologias impostas, desconstruindo visões, modificando conceitos e teorias, sem uma metodologia acabada (Rago, 2000, p. 12). É importante lembrar que as correntes de pensamento feminista propunham um conhecimento constituído a partir da consolidação cultural das diferenças sexuais, distante do determinismo natural e biológico, emancipada do marxismo e da fenomenologia.

É notório que muitas mulheres têm rompido, na contemporaneidade, com as determinações impostas ao longo da história, no entanto, para conseguir uma ruptura com uma identidade construída sob a égide da Filosofia, do Cristianismo, da Cultura Social, entre outros, necessita-se percorrer alguns caminhos, como desmistificar e compreender processos que constroem e consolidam identidades de gênero e verificar como se manifestam no imaginário social, construindo modelos. Nesses termos, é pertinente uma discussão em torno dessa temática nos diálogos constituídos com a área do Desenvolvimento Regional, que, apesar de ser uma discussão recente e em construção, já se tornou profícua e estabelecida.

## COLONIALIDADE DO PODER E GÊNERO, CONSTRUÇÕES TEÓRICAS PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO

Os estudos relativos ao Desenvolvimento Regional e à crítica feminista podem ser fundamentados de forma profícua a partir das relações justapostas entre as categorias gênero e colonialidade. As pesquisas nessas áreas vêm adotando esses conceitos e procurando novas formas de refletir sobre o desenvolvimento. Nessa direção, a colonialidade do poder (Dussel, 1995; Quijano, 2005; Mignolo, 2010), tema posto, em princípio, pelo intelectual peruano Aníbal Quijano, é um caminho para pensar as relações entre Desenvolvimento Regional e gênero, na medida em que há uma relação direta com permanências do passado colonial que impactaram diretamente na pobreza e desigualdade dos países periféricos. A teoria proposta é imprescindível para demarcarmos a relação entre capitalismo, gênero, raça e modernidade. Uma métrica que desvende a formação do sistema-mundo<sup>3</sup> e da epistemologia constituída sobre as referidas categorias, que são essenciais para a compreensão do sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2008), que desencadeou desigualdades espaciais entre povos e indivíduos, haja vista as relações de dominação/subordinação entre os territórios e nações do capitalismo mundial, práticas que são refletidas internamente nessas regiões e nações, assim como entre raças, etnias e culturas. Acerca da expressão colonialidade do poder, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2008) explica que ela,

[...] designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com

<sup>3</sup> A teoria do sistema-mundo consensualmente está associada à publicação do volume I do livro de Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System* (1974), uma teoria pós-marxista considerada uma corrente autônoma de pensamento com campo conceitual específico, que se consolidou a partir da década de 70 do século 20. A teoria dos sistemas mundiais mostra que a unidade central de análise são os sistemas sociais, que podem ser estudados no nível interno ou externo de um país. Neste último caso, o sistema social afeta diferentes nações e, geralmente, influencia toda uma região. Nesse sentido, a configuração de um sistema-mundo é resultado intrínseco do processo de acumulação e reprodução do capitalismo expandido, e, assim está vinculado ao processo da expansão colonial. Para análise dessa teoria ver Samir Amin (2014) e Immanuel Wallerstein (1974, 2001).

a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (p. 126).

Esse arcabouço teórico pode contribuir no sentido de dialogar e utilizar-se de novas lentes para pensar o desenvolvimento, observando como essa área tem absorvido ou rejeitado, nesse ambiente de novos olhares e contestações sobre modelo de desenvolvimento vigente, a associação de novos paradigmas e conceitos. Essas visões podem possibilitar uma nova atitude no sentido de compreender os mecanismos de poder e dominação e estimular reações a um modelo de desenvolvimento predominante.

Nesse sentido, considerando que colonialidade do poder é uma das teorias latino-americanas que rompeu com a supremacia eurocêntrica do conhecimento e influenciou o pensamento mundial, cabe questionar: A partir da teoria colonialidade do poder e da decolonialidade, qual o papel da colonialidade e do patriarcado na formação do capitalismo moderno e como essa teoria contribui para lançar um novo olhar sobre o desenvolvimento?

As concepções clássicas, consideravam que o desenvolvimento estava intimamente ligado à disponibilidade de capital, de recursos materiais e de mão de obra, bem como de acessibilidade a tecnologias. Nesse caso, o pós-Segunda-Guerra, inequivocamente, é um marco importante na construção de abordagens e idealização desse paradigma. É notável que a teoria arquitetada a respeito desse tema como ação política, associado a conquistas materiais, respondesse a um momento histórico que se configurava na emergência de uma política econômica demandada por Estados-nações em busca de inter-relações movidas por recursos oriundos da industrialização que se instalava.

É nessa perspectiva que os conceitos e as teorias formuladas na concepção tradicional a respeito desse tema passam a receber inúmeras críticas, as quais advertem no sentido de que disponibilizar renda e estrutura nas regiões, conforme pensava o modelo desenvolvimentista, não é suficiente para se chegar ao desenvolvimento. As críticas alertavam para a necessidade de se reconhecer o desenvolvimento como um processo que resultaria na expansão das liberdades (Sen, 2018), ou seja, um processo de alargamento de benefícios reais que as pessoas usufruem. É necessário reconhecer, no entanto, que esse pensamento estava baseado numa visão centrada a partir dos países ricos, que se fundamentava, entre outros, em paradigmas pautados no controle do sexo, sob a égide da família burguesa e patriarcal (Quijano, 2005).

A teoria colonialidade do poder, desenvolvida a partir de uma contraposição às teorias eurocêntricas, é uma forma de inserir novos conceitos e como esses podem contribuir para posições de embates e resistência, do ponto de vista epistemológico, às experiências históricas centralizadas no domínio do capitalismo. Neste contexto, a proposição da teoria considera que a colonização pode ser considerada um processo incompleto, ainda em curso, pelo menos do ponto de vista social e cultural, na medida em que há permanências das hierarquias sociais e culturais entre o europeu e o não europeu (Quijano, 2005). Assim, é pertinente perceber que há uma diferença entre colonialismo e colonialidade. O primeiro pode ser entendido a partir de relações políticas e econômicas, em que há uma imposição de autoridade de um povo sobre outro. Diferente dessa conceituação, a colonialidade refere-se a um padrão de poder que surgiu

como consequência do colonialismo moderno, entretanto não está restrito a uma relação de poder entre os povos ou nações, mas ao modo como o trabalho, o conhecimento, o domínio e as relações intersubjetivas se vinculam entre si a partir do sistema capitalista mundial e do conceito de raça. Dessa forma, mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade se mantém e sobrevive (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

A colonialidade, então, relaciona-se com a conservação de paradigmas de dominação e poder gestados e apoiados no colonialismo. Nessa direção, a colonialidade é um dos elementos característicos do padrão mundial do domínio capitalista. Ampara-se na determinação de uma “classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2010, p. 84).

É importante pontuar, entretanto, que essa teoria não está restrita à América Latina, mas contribui para a compreensão do sistema econômico mundial. Por meio desse pressuposto fica evidente que esta, juntamente com outras construções conceituais, possibilitou a reconfiguração do conceito de sistema-mundo, discutido agora através do termo sistema-mundo moderno/colonial. Dessa maneira, a inclusão das questões coloniais, raciais e de modernidade na ideia de sistema-mundo, possibilitou relacionar o debate colonial, até então não contextualizada (Ballestrin, 2013). A autora, citando Enrique Dussel, um dos maiores teóricos da Filosofia da Libertação e do pensamento latino-americano sobre modernidade/colonialidade, elenca algumas teses que, associadas à teoria original, permitiram a reconfiguração do paradigma do sistema-mundo:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (Dussel *apud* Ballestrin, 2013, p. 102).

A inclusão da teoria do sistema-mundo, assim como sua atualização, é uma das chaves para compreendermos a combinação de elementos que estabelecem o capitalismo global e eurocentrado a partir do modelo de Aníbal Quijano. Ademais, é importante estabelecer que, apesar de o conceito da colonialidade do poder, desenvolvido pelo autor peruano, ter sido gestado regionalmente, seu alcance ultrapassa a América, pois não se trata de uma teoria sobre e para o continente, mas para a sistema político e econômico mundial (Segato, 2014).

Assim, o sistema-mundo é alterado pela expressão mundo moderno/colonial na perspectiva da colonialidade do poder, representando um “giro” teórico fundamental para a compreensão do capitalismo. Nessa perspectiva, “a modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denotam aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva” (Dussel, 2016, p. 58). Assim, a decolonialidade constitui-se como terceira vertente da lógica modernidade/colonialidade, por meio do que Nelson Maldonado-Torres (2007) denomina “Giro Decolonial”, um posicionamento de resistência teórico, epistemológico, mas também político. Implica essencialmente, uma mudança de atitude, tanto prática quanto teórica, e a transformação desse pensamento em um projeto de descolonização. Essa ideia encontra suas raízes na resposta profunda dos sujeitos colonizados à extrema violência da colonização, que invalida o conhecimento, os modos de ser e viver e, até mesmo, a própria humanidade dos povos conquistados (Maldonado-Torres, 2007).

Outra relação que necessita ser pontuada é a ideia de raça como um dos principais pressupostos para a concepção da colonialidade, posto que esta é considerada um eficaz instrumento de dominação. A invenção da raça, portanto, é uma premissa indispensável para compreender o mundo moderno. A raça seria um eixo essencial na construção da teoria da colonialidade do poder. Assim, a raça é uma “manera y un resultado de la dominación colonial moderna – invadió todos los ámbitos del poder mundial capitalista. En otros términos, la colonialidad se constituyó en la piedra fundacional del patrón de poder mundial capitalista, colonial/moderno y eurocentrado” (Quijano, 2014, p. 100). Nesse sentido, o conceito de raça como criação se estabelece como uma elaboração cognitiva fundamental que permeia as diversas instâncias do poder; assim, o caráter histórico da constituição de uma ideia de racialização dos povos para instituir diferenças faz parte de uma estratégia colonial, assim como existe um impacto da raça nas relações hierárquicas de conhecimentos humanos (Segato, 2014, p. 184).

Nesses termos, o modelo do autor supracitado analisa a colonialidade e a invenção da raça como uma condição prévia indispensável para a compreensão da ordem mundial moderna (Segato, 2014). Essa perspectiva, que insere a raça como mecanismo de criação e princípio que organiza as diversas hierarquias de poder pelo capitalismo, expande a ideia de que o sistema mundial possa ser analisado a partir de outras perspectivas, além de classe, tais como: a colonialidade, o trabalho, a sexualidade, a autoridade e o conhecimento. Assim, outros temas impõem-se à teoria desenvolvida por Aníbal Quijano, e as questões de gênero são um exemplo. Nesse caso, compõem o arcabouço de novos conceitos construídos a partir da colonialidade/modernidade e das lutas femininas iniciadas no século 20 por feministas decoloniais.

A colonialidade do poder é um padrão de dominação/exploração, e, portanto, também pode ser traduzido a partir da concepção de gênero e dos pressupostos que silenciaram e invisibilizaram as mulheres durante todo o processo de desenvolvimento do capitalismo, conforme visto anteriormente, embora, à época, os debates sobre gênero, entre outros, não estivessem no centro da atenção no desenvolvimento do conceito. As feministas decoloniais contribuíram de forma sistemática, dando um sentido à colonialidade do poder a partir das discussões em relação ao patriarcado. O gênero é, nesse sentido, empregado como meio de definição de poder. Assim, numa virada decolonial, é necessário afirmar que esse processo é consequência do colonialismo e intrínseco da colonialidade herdada de tempos pretéritos.

Nessa perspectiva, fica evidente que essa matriz de pensamento permite postular nos debates sobre colonialidade e na questão do patriarcado, uma das vertentes essenciais para

compreender a opressão, a dominação e a exploração no mundo moderno/colonial sofrido pelas mulheres. Assim, para orientar o debate cabe questionar: Qual a relação entre colonialidade e patriarcado? Para iniciar esse diálogo é importante pontuar que a colonialidade é “la cara oculta de la modernidade” (Mignolo, 2010), na medida em que a modernidade se legitima como salvacionista, libertária e de progresso, mas esconde a face que efetivou o genocídio, a exploração e a opressão de inúmeros territórios e povos em nome do desenvolvimento, demonstrando, assim, apenas a face da modernidade a partir da visão do colonizador por meio do discurso da salvação e do progresso.

É inequívoco que a modernidade eurocêntrica é uma retórica enganosa, uma falácia. Um mito que possui duas versões: por um lado o discurso da liberdade emancipatória, e, por outro, a irracionalidade da violência e da opressão. É possível perceber, ao analisar a teoria de emancipação posta pela modernidade, que ela se coloca ancorada a um mito, na medida em que esconde a face violenta do conquistador que impõe sua presença opressora e violenta ao “Outro” não branco, não homem, não “civilizado”, não europeu<sup>4</sup> (Dussel, 1994). Desse modo, será necessário desconstruir teorias e restabelecer outras com um outro olhar epistemológico sobre a modernidade, e explorar uma racionalidade alternativa ou mesmo uma racionalidade histórica, que implique indivíduos livres e socialmente iguais (Quijano, 2014).

Nesses termos, uma síntese dos principais elementos do modelo colonial do poder pode ser demonstrada à vista das categorias: racialização, eurocentrismo, o controle da autoridade e as questões de gênero e formação do patriarcado (Quijano, 2014). Desse modo, uma das principais consequências do padrão colonial do poder pode ser definida a partir das questões de gênero e da concepção de patriarcado. Nesse sentido, as teóricas decoloniais, como a antropóloga e feminista argentina Rita Segato (Queen’s University de Belfast e UnB), a filósofa feminista e ativista argentina Maria Lugones (Binghamton University), a poeta aimará boliviana Julieta Paredes Carvajal (ativista do feminismo comunitário) e, no Brasil, nomes como Luciana Maria de Aragão Ballestrin (UFPEl), têm uma importante contribuição na teoria feminista decolonial, as quais apresentam uma noção de classe, raça e gênero a partir do desenvolvimento do mundo capitalista. Elas constroem uma crítica ao próprio feminismo que invisibilizou mulheres negras, latinas, indígenas, asiáticas, entre outras, lançando luz a debates que continuam a ocultar grupos, demonstrando a continuidade das formas coloniais na crítica feminista, as quais dialogaram com problemas relacionados estritamente a mulheres brancas, de classe média e escolarizadas, comprovando o padrão eurocêntrico das discussões.

## FEMINISMO DECOLONIAL: CAMINHOS PARA ANALISAR E RECONFIGURAR A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO

Conforme já pontuado, a teoria da colonialidade do poder contribui para evidenciar o padrão de dominação eurocêntrico. A colonialidade, expressão do capitalista moderno, mantém

<sup>4</sup> É importante pontuar que, ao se referir ao termo europeu, não se demarca somente os povos pertencentes a uma Europa geográfica, mas, sim, a Europa como uma “[...] metáfora, de uma zona geográfica e da sua população. Refere-se a tudo o que se estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um caráter distintivo da identidade não submetida à colonialidade do poder” (Quijano, 2014, p. 75).

estruturas de poder que tentam invisibilizar e excluir os debates acerca dos povos indígenas, da população africana, da latina e das mulheres, tanto no campo teórico e empírico quanto no epistemológico. Nesse sentido, a vertente decolonial da crítica feminista perpassa pela análise de três aspectos – raça, classe, gênero – e se impõe como uma forma de reorientar o olhar para questões que considerem relações coloniais como ferramentas que operam para manter as estruturas de dominação que promovem a colonialidade do poder, do ser, do saber.

A vertente decolonial é uma perspectiva atualizada e subversiva do pensamento feminista contemporâneo; uma linha de pensamento independente e contestadora, que se opõe ao horizonte eurocêntrico da crítica feminista. Assim, este horizonte impõe uma desconstrução de estudos hegemônicos sobre a mulher e sobre os diálogos que envolvem as leituras e teorias feministas advindas dos espaços dominantes historicamente. Há uma modificação epistemológica que, associada ao pensamento da colonialidade do poder, busca romper com a visão colonizadora do pensamento intelectual sobre gênero, promovendo e sugerindo debates atualizados com novos pressupostos que considerem gênero, raça e classe, uma tríade indissociável sobre as questões feministas.

Desse modo, é indiscutível que a crítica feminista decolonial postule que a colonialidade opera na realidade social, o que reitera a hipótese de que esta interfere claramente nos paradigmas de gênero, raça e sexualidade. O padrão masculino, heterossexual, branco, patriarcal, cristão, capitalista, com suas várias categorias mundiais hierárquicas complexas, coexistentes no espaço e no tempo (Grosfoguel, 2008), delimitaram uma hierarquia global a partir da definição do colonizador, conferindo um conjunto de preceitos previamente estabelecidos a partir das nações desenvolvidas. É importante ressaltar que o patriarcado é cânone para essas nações, além da própria hierarquia sexual, que apresenta como modelo ideal a heteronormatividade. Assim, é essencial considerar que esses pressupostos implicam o desenvolvimento assimétrico de nações, povos e sujeitos, na medida em que a herança colonial manifesta uma consolidada estratificação social de poder entre os espaços e indivíduos.

Segundo Rita Segato (2012), é importante destacar que essas hierarquias não foram gestadas a partir do colonialismo ou da modernidade/colonialidade, mas em sociedades anteriores, indígenas e afro-americanas, que já cultuavam esse tipo de organização baseada na autoridade e na subordinação, ou seja, esses grupos, segundo a autora, apresentavam “estruturas reconhecíveis de diferença semelhantes ao que chamamos relações de gênero na modernidade, que incluem hierarquias claras de prestígio entre masculinidade e a feminilidade” (p. 116). É a partir da modernidade/colonialidade, entretanto, que há um acentuado agravamento das relações de gênero constituídas anteriormente.

É indiscutível que esse projeto eurocêntrico que oculta aspectos da colonialidade também encontrou raízes em teorias como o materialismo histórico-dialético de Marx<sup>5</sup>, pois esta não revelou aspectos escondidos, além de outras inquietações e experiências de vida, como as populações originárias, as questões de gênero, a sexualidade, o ambiente, a língua e a cultura. Desse modo, fica claro que as relações de gênero, ou ainda de sexo, também se manifestam associadas ou operando com outras categorias, como o trabalho, a natureza, a subjetividade,

<sup>5</sup> Esta teoria, para Quijano (2010) desconsidera diversos âmbitos que necessitariam de análise, no entanto “refere-se única e exclusivamente a um único dos meios do poder: o controle do trabalho e de seus recursos e produtos” (p. 96-98), ou as decorrentes das relações de produção.

o conhecimento, a autoridade e os instrumentos de coerção (Quijano, 2010, p. 76-77), sendo atingidos diretamente pelos vínculos entre dominação, exploração e conflito.

Conforme pontuado, pensar gênero enquanto categoria que dialogue com o desenvolvimento regional sugere sua análise sob uma perspectiva decolonial, conseqüentemente fundamentada em conceitos de raça, classe e gênero associados, reconhecendo que estas são categorias de opressão que produzem experiências diversas e, assim, devem ser analisadas de forma relacionada e inseparável. É nessa perspectiva que Maria Lugones (2008) trata da inseparabilidade das categorias raça, classe e gênero:

[...] Género, raza, clase han sido pensadas como categorías. Como tales, han sido pensadas como binarias: hombre/mujer, blanco/negro, burgués/proletario. El análisis de categorías ha tendido a esconder la relación de intersección entre ellas y por lo tanto ha tendido a borrar la situación violenta de la mujer de color excepto como una adición de lo que les pasa a las mujeres (blancas: suprimido) y a los negros (hombres: suprimido). La separación categorial es la separación de categorías que son inseparables (p. 76).

Ademais, a forma como compreende-se as categorias raça e classe define o modo como projeta-se o gênero e inversamente também. Essa relação pontua como a mulher universal, associada a um sistema singular de opressão, é contestada, posto que essa universalização desconsidera a “colonialidade e o racismo – não mais como fenômeno, mas como episteme intrínseca à modernidade e seus projetos libertadores – e sua relação com a colonialidade de gênero” (Espinosa-Miñoso, 2014, p. 12); aspecto este que não poderá mais ser excluído das análises sobre gênero e sobre desenvolvimento, na medida em que as questões que envolvem esta primeira categoria é um imprescindível instrumento de promoção para o desenvolvimento. Assim, a perspectiva decolonial assinala para um rompimento com as linhas de pensamento eurocentradas que propõem um conhecimento separado, categorizado e binarizado. Essa concepção é constituída a partir da inferioridade do “outro”, um conhecimento ocidentalizado e antropocêntrico estabelecido por meio de relações hierarquizadas que originam, excluem e ocultam, lugares e pessoas de acordo com interesses próprios da doutrina capitalista. O feminismo decolonial, portanto, reconhece que, como desenvolvimento, constitui-se não apenas pela diminuição da pobreza e da renda; ele também deve significar menos diferenças entre homens e mulheres, e, ainda mais, entre as mulheres brancas/ocidentais e as mulheres negras, indígenas, latinas, etc.

É importante pontuar, também, que outro empecilho para se pensar no desenvolvimento a partir da crítica decolonial é que existe uma divisão, que é, ao mesmo tempo, oposta e complementar, de humanos e “não-humanos”, inerente à colonialidade/modernidade. Essa é uma tentativa de classificar povos a partir das relações de poder e gênero, um modo de categorizar indivíduos desde um “processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (Lugones, 2014, p. 939). À vista disso, as categorias raça e gênero configuram a hierarquização binária moderna, constituída a partir de características de “humanidade” ou “não humanidade” dos sujeitos, atribuindo características mais humanas, menos humanas ou não humanas aos indivíduos. Dessa maneira, os conceitos são gestados e conformados a partir de uma mesma base, concebida por meio de uma binaridade manifestada em humanos/não humanos, podendo ser considerada a dicotomia central da modernidade colonial.

Nessa perspectiva, essa distinção criou um padrão humano que era ocidentalizado, cristão e bem-educado. Assim, somente homens e mulheres brancos e eurocêntricos seriam os civilizados. Os povos indígenas das Américas e os homens e mulheres africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas, como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (Lugones, 2014). Desse modo, o colonizador europeu moderno tornou-se um agente habilitado à vida pública e à posições de comando, que, conforme já mencionado, era caracterizado como educado, branco, heterossexual, cristão, um indivíduo racional. Nessa direção, “a mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (Lugones, 2014, p. 936).

Assim, evidencia-se que a crítica feminista decolonial é central para o debate sobre gênero e desenvolvimento na atualidade, e, mais que isso, confirma a relevância desse diálogo para pensar a colonialidade e as diversas formas de dominação e exploração, repercutindo o papel do patriarcado e a sujeição social feminina como constitutivos da lógica colonial (Carneiro, 2003b) e, conseqüentemente, das desigualdades entre os espaços, povos e sujeitos. Um importante marco para compreender o feminismo decolonial é considerar que existe uma vinculação cultural da crítica feminista com o movimento eurocêntrico do feminismo, na medida em que “as intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados” (Gonzalez, 2008, p. 36).

Essa crítica aponta para análises que ocultam ou pouco dão importância a aspectos como a moral masculina e cristã. Um exemplo é a visão portuguesa sobre a mulher negra e mestiça vista a partir de representações fundamentadas no estigma de que sua sexualidade supera a das demais mulheres, de modo que sua cor seria um atrativo erótico, além de sua disponibilidade ao sexo, como se este fosse mais a florado em mulheres negras e pardas. Esse imaginário corroborava a prática do homem de exercer sua dominação sem culpa e sem recriminação, porque na moral dominante e “superior” não interessava situar normas para os “inferiores” ou “não humanos” e sem poder econômico.

Desse modo, é importante evidenciar, nas análises sobre gênero e desenvolvimento, que o capitalismo eurocentrado no racismo é a base do processo de dominação, e as mulheres negras e indígenas são, sem dúvida, a comprovação e os rastros dessas exclusões (Gonzalez, 1988). Nessa direção, Sueli Carneiro (1995) lembra que

O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira. A apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro na contemporaneidade nos termos colocados por Joel Rufino forja o mito da ascensão social do homem negro escondendo através do subterfúgio da primazia estética e social da mulher branca o desejo de pertencimento e de aliança com um mundo restrito aos homens brancos no qual para adentrar homens negros em suposto processo de ascensão social utilizariam-se de mulheres brancas como avalistas (p. 546).

Nesse caso, é importante pontuar a existência de uma violência simbólica, que, na perspectiva de Bourdieu (1994, 2012), se apresenta de forma velada, mas se legitima por intermédio de um processo relacional de subjugação e submissão, manifestada de forma

silenciosa e não desmedida, mas extremamente danosa, consequência de um processo de construção histórica que a certifica, ainda na contemporaneidade, por meio da opressão da brancura como padrão de beleza hegemônico, que é imposto socialmente sobre as mulheres não brancas. Uma sociedade de base eurocêntrica não aceita a figura da mulher negra, e, assim, construiu-se, a partir da colonialidade, uma erotização de seu corpo, configurando um sistema de poder, controle e preconceito sobre este corpo, impondo limites inclusive no acesso ao trabalho e na valorização de sua imagem. Nesse sentido, existe uma forma singular de “violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares” (Carneiro, 2003a, p. 122).

Esses aspectos manifestam os rastros da dominação colonial, processos que permanecem no centro do imaginário social sobre a mulher indígena, negra ou mestiça, mesmo adquirindo novas formas e conformações que ressignificam as relações de gênero e raça gestadas ainda no período da escravidão (Carneiro, 2003a). Além disso, “concorre ainda o aspecto ideológico que alimenta o imaginário social e atrela à mulher negra a imagem de subserviente, menos capaz, ‘mãezona’, ‘boazinha’ e resignada à sorte” (Silva, 2000, p. 4). Desse modo, a mulher negra ainda é colocada numa posição de inferioridade, oprimida em diversos espaços, como mercado de trabalho, saúde, meios de comunicação, entre outros.

É importante perceber que a crítica feminista decolonial revela o combate das mulheres negras, indígenas, latinas, etc., contra a opressão de gênero e de raça, buscando novas perspectivas para uma atitude de ação política feminista e antirracista, valorizando os debates da questão racial e de gênero. O feminismo decolonial imprime esforços para a constituição de uma epistemologia que contesta as bases teóricas de origem branca, masculina e heterossexual europeia. Busca valorizar o legado histórico e cultural dos povos da América Latina e do Caribe, ressaltando questões que não foram superadas na modernidade, pois não consideram o processo de colonialidade que se faz presente. Lélia Gonzalez (1988) afirma que na episteme eurocêntrica não se considera os efeitos da colonialidade que oculta o aspecto ideológico do branqueamento, recalcado por “classificações eurocêtricas do tipo ‘cultura popular, folclore nacional’, entre outros, que minimizam a contribuição negra” (p. 322). A partir dessa premissa é possível afirmar que tanto os povos originários quanto as sociedades indígenas e africanas foram inseridas em um modelo patriarcal, conforme citado anteriormente – branco, ocidental, heterossexual, elitista e de padrão binário.

Desse modo, é necessário reconhecer que as pautas do feminismo, gestadas a partir dos movimentos sociais das mulheres negras, manifestam a importância de pontuar o racismo e a discriminação social como fator de produção e reprodução das desigualdades regionais e sociais desde a colonialidade. Há uma necessidade fundamental de compreender todas essas variáveis; é imprescindível reconhecer o racismo como centro do processo de dominação e opressão. Isso implica afirmar que é essencial, para a superação dessas concepções, a descolonização das relações sociais e das formas de controle, seja em relação ao trabalho, à raça ou a gênero.

Nesse sentido, a crítica feminista decolonial lança as sementes teóricas e epistemológicas para romper e transpor o caráter violento do racismo e do sexismo no sistema capitalista, que, com seu desenvolvimento, foi sustentado por variadas formas de domínio e exploração, ao mesmo tempo em que deixava evidências por meio da colonialidade do poder, do ser e do saber. Nesses termos, esses estudos implicam a busca por uma reorientação epistemológica de

viés decolonial, com o objetivo de romper com uma estrutura de dominação que está em nossas experiências cotidianas e em nosso imaginário. Um trabalho que busca “desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos” (Walsh, 2009, p. 24).

Por conseguinte, é importante reconhecer que, associadas a esta mesma necessidade de romper, tornar visível e superar estruturas calcadas numa ordem global de conhecimento, baseada na modernidade, sem considerar a colonialidade do poder, do ser e do saber da qual somos fruto, não seria possível pensar em desenvolvimento com equidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este breve panorama da teoria edificada sobre a colonialidade do poder aqui descrita, permita melhor compreender o cenário de marcas profundas do processo de colonização promovido pelas nações europeias nos países da América Latina, África, etc. Existe um acentuado domínio dos países colonizadores nas estruturas de poder e nos modos de ser e saber que estão impregnados no imaginário da população das nações colonizadas. Persistem, de forma acentuada, a materialidade e a subjetividade do conhecimento, da linguagem e dos costumes construídos pelo eurocentrismo no período colonial, que podem ser definidas pelo conceito de colonialidade.

Esse processo gerou diversas desigualdades entre os países, povos, sujeitos, inclusive de gênero. Nesse caso, é inequívoco que a colonialidade opera para manter estruturas assimétricas de poder, manifestando a superioridade do ser eurocêntrico. Não é possível pensar, portanto, em desenvolvimento sem elaborar uma teoria a partir da decolonialidade. Essa perspectiva contribui para a desconstrução das raízes da desigualdade e das teorias de base eurocêntrica, consideradas únicas e adequadas, a despeito, inclusive, do desenvolvimento; argumentos que povoam o nosso imaginário em razão de um projeto excludente, seja de países, de povos, de indivíduos, de gênero.

Desse modo, a teoria e a prática decolonial relacionam questões que buscam desconstruir o modelo civilizatório e de desenvolvimento eurocêntrico a partir do reconhecimento da ideia de raça conexas a um modelo de dominação e exclusão, refletindo sobre novas perspectivas e reorientando o olhar para o sistema-mundo capitalista, colonial, patriarcal e moderno, como promotor das desigualdades, reconhecendo, assim, disparidades econômicas e sociais, reconhecendo a realidade socioespacial distintas, e, portanto, lançando visões múltiplas para intervir nesta realidade. Ou seja, é necessário considerar as experiências, vivências e saberes de diferentes territórios e povos, e só a partir disso elaborar um outro e mais igualitário modelo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

AMIN, S. *Capitalism in the age of globalization: The management of contemporary society*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2014.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Violência simbólica. *Revista Latina de Sociologia*, v. 2, n. 1, p. 1-4, 2012.
- CARNEIRO, S. Gênero raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-544, 1995.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003a.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003b.
- DUSSEL, E. 1492: el encubrimiento del Otro – hacia el origen del “mito de la modernidad”. La Paz: Plural, 1994.
- DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. *Ciclos en la historia, la economía y la sociedad*, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 167-178, 1995.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, México, n. 184, p. 7-12, 2014.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, L. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-lesco; Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.
- MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.
- MCDOWELL, L. *Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Universitat de València, 2000.
- PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Lima: Centro de Investigaciones Sociales (Cies), 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.
- QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! *Revista del Cesla*, International Latin American Studies Review, n. 1, p. 192-200, 2014.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p. 25-37.
- SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos Ces*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 18, p. 105-131, 2012.
- SEGATO, R. L. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (ed.). *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. *Revista Labrys Estudos Feministas*, v. 10, p. 1-25, 2011.

SILVA, E. B. da. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL O DESAFIO DA DIFERENÇA: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE*, 1., 2000, Salvador, 2000. Disponível em: [www.ppcor.org](http://www.ppcor.org). Acesso em: 10 jan. 2022.

TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórica metodológica*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Nova York: Academic, 1974. V. I.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In: CANDAU, V. M. (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: Documento Eletrônico, 2009. p. 12-43.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

**Autora correspondente:**

Rutileia Lima Almeida

Universidade Regional de Blumenau. Programa em Desenvolvimento Regional.

R. Antônio da Veiga, 140 – Itoupava Seca, CEP 89030-903. Blumenau/SC, Brasil.

E-mail: [rlalmeida@furb.br](mailto:rlalmeida@furb.br)

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão  
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.